

A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO NO CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFES CAMPUS SÃO MATEUS

Laís Perpetuo Perovano
IFES - São Mateus

Georgia Bulian Souza Almeida
IFES - São Mateus

Carlos Roberto Coutinho
IFES - São Mateus

Eixo: Propostas curriculares e práticas pedagógicas
Comunicação oral

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) em parceria com docentes, com foco no processo de inclusão de um estudante público-alvo da Educação Especial, matriculado no Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio. O campo de desenvolvimento da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo (Ifes), Campus São Mateus. Os resultados obtidos evidenciaram que as estratégias utilizadas com o estudante são indispensáveis para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Introdução

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) instituído pela portaria nº 1.063, de 05 de junho de 2014 tem como objetivo o desenvolvimento de ações que contribuam para a inclusão de pessoas com necessidades específicas. Conforme preceitua o documento, no seu art. 6º, fazem parte deste grupo os estudantes descritos na legislação educacional por “aluno público-alvo da Educação Especial”, a saber:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo

alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p. 15).

Em 2018, o campus recebeu três discentes, público alvo da Educação Especial. Diante disso surgiu a necessidade de se realizar diferentes ações para garantir o acesso e a permanência dos alunos público alvo da Educação Especial.

Dada a singularidade de cada deficiência, neste trabalho nos deteremos a discutir um caso específico: a inclusão de um aluno com deficiência física matriculado no curso técnico integrado em mecânica. Neste sentido, surge a seguinte reflexão: que medidas o Napne em parceria com os docentes pode tomar para viabilizar a inclusão escolar deste aluno?

Após pesquisa em várias plataformas eletrônicas, artigos e demais publicações científicas constatou-se que existem pouquíssimas publicações abordando a questão da inclusão de pessoas com deficiência em cursos técnicos. Neste contexto, este estudo mostra-se extremamente relevante, uma vez que, busca traçar ações que favoreçam a inclusão escolar em instituição pública federal que oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio.

O atendimento educacional especializado como ferramenta norteadora do processo inclusivo

A Constituição Federal estabelece no art. 205 que a educação é um direito de todos, cabendo ao Estado e à família, o dever de promovê-la e incentivá-la com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para exercer a cidadania e qualificando-a para o trabalho. Em

seguida, o art. 206 elenca o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todos os brasileiros (BRASIL, 1988). Mesmo com todo aparato legal, ainda há muito a ser feito nas escolas para que possamos afirmar que no Brasil a educação é inclusiva

Segundo Morin (2011), a educação tem o papel de contribuir para a autoafirmação da pessoa. Deve ensinar aos indivíduos a se tornarem cidadãos solidariamente responsáveis pela sua pátria. E se almejamos um país desenvolvido e com justiça social precisamos trabalhar juntos para a erradicação de todas as formas de exclusão.

Apesar de estarmos caminhando progressivamente no sentido de edificar a inclusão educacional e social no Brasil e no mundo, este não tem sido um processo simples nem tão pouco retilíneo. Este fato é perceptível ao observarmos os estudos publicados sobre esta temática nos últimos anos. Conforme ratifica Anjos (2016, p. 53):

Contudo, para além da matrícula do aluno público-alvo da educação especial, é preciso pensar na aprendizagem. A inclusão da criança com deficiência na escola tem enfrentado alguns desafios que incidem sobre a forma de organização da educação especial no sistema de ensino, as concepções dos profissionais, as práticas educativas e o AEE.

Obviamente, apesar da latente necessidade de um remodelamento nas práticas educacionais, trata-se de tarefa complexa que exige uma visão ampla do que significa o acesso à educação. As ações no âmbito escolar propiciam condições adequadas ao pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes, sejam eles público-alvo da Educação Especial ou não. A escola verdadeiramente inclusiva é aquela que respeita e convive harmonicamente com a diversidade. Sendo assim, surge a necessidade de mediar a inclusão e as peculiaridades do aluno, tendo como referência a sua necessidade inerente, por conta da deficiência, ao atendimento especializado e a sala de recursos.

Os resultados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) quanto ao nível de instrução, apontam diferenças significativas entre pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas e o daquelas sem deficiência. Enquanto

61,1% da população de 15 anos ou mais de idade com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas de 15 anos ou mais que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. Tratando-se do ensino médio completo e o superior incompleto, o percentual de população de 15 anos ou mais com deficiência foi de 17,7% contra 29,7% para as pessoas sem deficiência. Observou-se ainda que a menor diferença encontra-se no ensino superior completo: 6,7% para a população de 15 anos ou mais com deficiência e 10,4% para a população sem deficiência.

Os dados do censo revelam que é preciso planejamento e ações concretas que visem educação realmente inclusiva em nosso país, principalmente em relação à entrada e permanência deste público nas instituições de ensino. O fracasso escolar é apontado como uma das causas do alto índice de evasão. Segundo Campbell (2009, p. 40):

O diagnóstico equivocado sobre as causas do fracasso escolar ao atribuir exclusivamente ao aluno a “culpa” da evasão e da repetência deixa de verificar a incompetência do sistema para reverter o desempenho insuficiente do aluno e criar condições favoráveis em termo de estímulos adequados para motivá-lo a vencer suas dificuldades e elevar gradualmente sua capacidade de aprender e permanecer na escola.

A repetência conduz à evasão escolar e ao conseqüente nível de escolaridade insuficiente, produzindo fracassados sociais e um número expressivo de pessoas despreparadas para enfrentar as exigências do mundo do trabalho e à margem da cidadania.

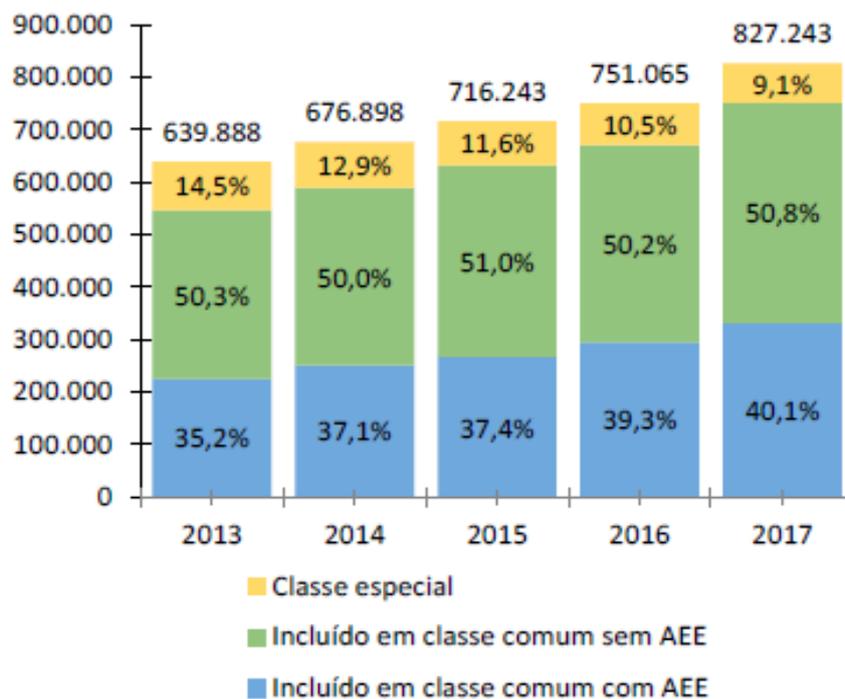
Conforme preceituado no Artigo 208, inciso II da Constituição (Brasil, 2017) o Estado é obrigado a fornecer aos alunos com deficiência o serviço de Atendimento Educacional Especializado. Desta forma, é importante compreender a integração entre o corpo docente das matrizes curriculares, ou seja, os professores que acompanham a rotina diária das aulas, com o professor responsável pelo auxílio especializado. Nesta conjuntura é

imprescindível o papel do Napne como agente de gestão desta integração entre os docentes envolvidos. Segundo Souza (2011, p. 154):

O co-ensino ou ensino colaborativo é uma estratégia de ensino no qual, a união dos professores que possuem o conhecimento específico (especialista) trabalharia junto com o professor que não possui conhecimento específico.

Importante observarmos que, segundo o Censo Escolar da Educação Básica, pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008, demonstra que o número de matrículas de alunos de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação básica cresceu substancialmente nos últimos anos. Ademais, o percentual de alunos dessa faixa incluídos em classes comuns passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Considerando essa mesma faixa etária, o percentual de alunos que estão em classes comuns e que tem acesso ao atendimento educacional especializado (AEE) também subiu, passando de 35,2% em 2013 para 40,1% 2017, conforme exposto no Gráfico 1.

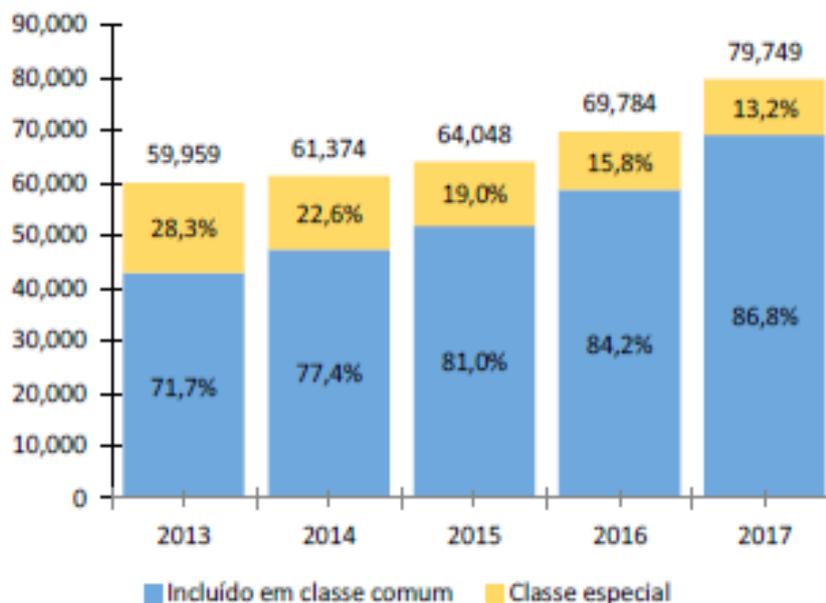
Gráfico 1: Número de matrículas de alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e distribuição por tipo de turma e atendimento (incluídos em classes comuns com AEE, incluídos em classe comum sem AEE e classes especiais) no período de 2013 a 2017.



Fonte: Censo Escolar/Inep (2017).

O censo realizado em 2017 revela que o percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classe comum passou de 71,7% em 2013 para 86,8% em 2017, conforme Gráfico 2. Este é um dado muito significativo para os estudos envolvendo questões relacionadas à inclusão escolar, uma vez que demonstra claramente que o número de matrículas dos estudantes com deficiência tem crescido nos últimos anos.

Gráfico 2: Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação infantil e distribuição por tipo de turma (incluídos em classes comuns e em classes especiais).



Fonte: Censo Escolar/Inep (2017).

Outros fatores determinantes para o sucesso do processo inclusivo são a formação pedagógica e o desenvolvimento de metodologias de ensino inclusivas, visto que estas são a chave para a efetividade da real inclusão, pois, como observamos, o docente é protagonista e o AEE complementa suas ações, neste sentido Gonçalves (2010, p. 25) destaca que:

[...] a escola comum necessita aprender como trabalhar com alunos que apresentam esses variados tipos de deficiências. Para que esse aprendizado ocorra, faz-se necessário refletir a respeito da implementação de políticas públicas para a Educação que fomentem a formação do professor e, conseqüentemente, reflitam na prática educativa.

Importante ressaltar o disposto no artigo 2º, da Resolução nº 4/2009, que determina que a função do AEE é complementar ou suplementar a formação acadêmica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação por meio de recursos, estratégias e metodologias que busquem eliminar as barreiras visando sua plena participação na sociedade e também o seu desenvolvimento educacional (BRASIL,2009). Neste contexto, cabe a cada docente o estabelecimento de estratégias e metodologias dentro do seu planejamento condizentes com as

necessidades dos estudantes, permitindo assim, que o processo de inclusão ocorra com maior fluidez e de forma eficiente.

Metodologia

O campo de desenvolvimento da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo (IFES), Campus São Mateus. O campus iniciou suas atividades como Unidade de Ensino em São Mateus, no dia 14 de agosto de 2006, com duas turmas do curso Técnico em Mecânica, no prédio provisório do Bairro Carapina. Em 2007, a unidade recebeu a primeira turma do curso Técnico em Eletrotécnica. O dia 6 de agosto de 2008 marcou mais uma etapa de crescimento da unidade. Parte da estrutura administrativa e as aulas do Técnico em Eletrotécnica foram transferidas para o novo prédio, no Bairro Litorâneo. Em 2009, a Unidade São Mateus começou a atender alunos do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica e Eletrotécnica. Em 2010, teve início o curso de Engenharia Mecânica, único público da região. Em março de 2017, toda a estrutura de salas de aula e laboratórios foram transferidos para a sede definitiva que se localiza na Rodovia BR 101 Norte – Km 58, Bairro Litorâneo, São Mateus - ES.

Atualmente, oferece Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nas áreas de mecânica/eletrotécnica e Curso de Graduação em Engenharia Mecânica nos turnos matutino, vespertino e noturno. De acordo com dados fornecidos pela direção da instituição, no ano letivo de 2018, inicialmente, foram matriculados aproximadamente 750 alunos, distribuídos nos três turnos.

Para esta pesquisa, direcionamos nossa análise para as estratégias desenvolvidas pelo Napne referentes a inclusão de um aluno com deficiência física. Este estudante está regularmente matriculado no 1º período do curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio. O estudante, sujeito desta pesquisa, tem 35 anos de idade, é cadeirante, em virtude de paralisia cerebral que comprometeu significativamente sua coordenação motora e a fala.

A metodologia utilizada é de natureza exploratória e qualitativa, com base em estudo de cunho documental e bibliográfico. Segundo Gil (2017, p. 26), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Em relação à pesquisa qualitativa, Guerra (2014, p.11) descreve que:

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Em relação à pesquisa documental, elegemos materiais que focam a Educação Especial sob a ótica da inclusão e outros complementares, como portarias e normativas internas do Campus São Mateus. A pesquisa bibliográfica nos ampara ao realizarmos a análise dos documentos pesquisados com vistas ao entendimento do contexto social vivenciado pelas pessoas com necessidades específicas para o seu devido atendimento educacional.

Análise e discussão

Entendendo que escola inclusiva é espaço de todos, onde estudantes e professores constroem o conhecimento conjuntamente durante todo processo educacional, a equipe do Napne, com apoio da gestão do campus São Mateus, promoveu a partir do final do ano de 2017, várias ações no intuito de conscientizar e fortalecer o processo inclusivo, entre as quais destacam-se:

- Organização e estruturação da sala do Napne: Foi destinada uma sala para uso exclusivo do Napne, com diversos recursos de Tecnologia Assistiva que são destinados ao atendimento no contra turno de alunos com necessidades específicas. Para o aluno com deficiência física é disponibilizado um *notebook* com leitor de tela, gravador portátil e materiais didáticos utilizados no AEE.

- Cursos de formação continuada: por meio da Reitoria e com apoio do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), foram lançados editais de cursos a distância abordando temáticas na área de inclusão;
- Visitação a antiga escola: Em novembro de 2017, o Diretor de Ensino, juntamente com a Coordenadora do Napne, foram visitar a escola de ensino fundamental, onde o aluno estudou, localizada na área rural do Município de São Mateus. Este contato inicial foi significativo e de suma importância, pois na oportunidade foi possível conversar com professores, pedagoga e professora de Atendimento Educacional Especializado.
- Formação pedagógica: No início de fevereiro do corrente ano, o Napne em parceria com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Mateus – APAE/SM/ES, promoveu uma capacitação para docentes e demais servidores do campus com o seguinte tema: “A inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFES Campus São Mateus”.

A capacitação teve como objetivos principais:

- orientar quanto a legislação nacional e normativas internas do IFES que tratam das ações afirmativas e da inclusão de pessoas com necessidades específicas;
- conscientizar os servidores quanto à necessidade do devido atendimento às pessoas com necessidades específicas;
- possibilitar o desenvolvimento de novos recursos didáticos visando o atendimento às pessoas com necessidades específicas.

Durante o evento foram abordados os seguintes conteúdos: inclusão de pessoas com necessidades específicas, legislação sobre a inclusão, adaptação e flexibilização curricular.

- Contratação de um professor para realizar o Atendimento Educacional Especializado e também para atuar junto com os professores do ensino médio/técnico na organização de estratégias de ensino para alunos com necessidades específicas.
- Adequação de espaços para possibilitar o acesso do estudante aos diferentes locais da instituição. Neste contexto, foram realizadas as seguintes ações: instalação de uma plataforma elevatória, construção e/ou alargamento de calçadas interligando diferentes áreas do Campus, disponibilização de vagas no estacionamento e construção de banheiros adaptados. Considerando as características individuais do aluno, a mesa de estudos foi substituída por outra maior e que permite o ajuste de posição (Figura 1). Para isso foram realizadas adaptações para que a mesma possa ser utilizada com diferentes inclinações, conforme atividade proposta. As bordas foram revestidas com E.V.A de 5 mm para evitar que os materiais colocados sobre a mesa se percam. Para adequar a altura da mesa em relação a cadeira de rodas do aluno, foram confeccionadas peças de plástico em formato de círculos que foram anexadas a estrutura da mesa por meio de parafusos.

Figura 1: Mesa adaptada para aluno com deficiência física.



Fonte: Acervo Pessoal.

Os resultados obtidos com a utilização da mesa adaptada foram satisfatórios, principalmente em relação a postura do aluno durante as aulas.

- Ajustes nas estratégias de ensino: Considerando as características individuais desse aluno que dificultam a sua escrita, foram necessárias algumas modificações nos métodos de ensino para garantir o acesso aos conteúdos abordados em sala. Entre essas adequações destacamos: a gravação das aulas, disponibilização de conteúdos e atividades em formato digital e uso de simuladores computacionais. Também foi desenvolvido um protótipo *em software* que auxilia e permite a resolução de cálculos referentes a disciplina de Física, dando maior autonomia para o aluno. O protótipo funciona a partir de um menu interativo que permite ao aluno escolher qual conteúdo será trabalhado. Por exemplo, no estudo do Movimento Retilíneo Uniformemente Variável, após a escolha do conteúdo, o aluno seleciona as fórmulas relacionadas a este assunto e insere os valores para resolução do problema.

Frente a todas estas ações e observando o desenvolvimento do trabalho da equipe do Napne junto aos estudantes, docentes e demais servidores do campus, percebe-se que estamos conseguindo atingir nosso objetivo, qual seja, a promoção da inclusão. No dia-a-dia continuamos lutando para vencer os obstáculos, mas estamos caminhando e percebemos nos semblantes dos alunos o quanto está sendo prazeroso vivenciar esta experiência.

Considerações finais

A implantação do Napne no IFES campus São Mateus cumpre a efetivação das políticas educacionais do país no que tange ao acesso e inclusão na educação. Um processo com avanços e desafios, com um planejamento factível, envolvendo os vários setores relacionados da Instituição e sua integração com a comunidade e demais instituições. Compreendendo a necessidade de aperfeiçoamento e revisão constante para que de fato possa atender as suas reais necessidades.

Frente à inquietude motivadora da realização desta pesquisa, considerando o estudo bibliográfico e às ações realizadas até o momento, evidenciou-se o quanto a atuação do Napne é imprescindível para o devido atendimento das necessidades específicas e por conseguinte, a inclusão de estudantes com deficiência. É a partir da construção coletiva de uma nova mentalidade que iremos erradicar a exclusão e ao mesmo tempo edificar escolas que valorizem as diferenças.

Referências

ANJOS, Vanuza Pereira dos; SOUZA, Marta Alves da Cruz. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO PPGE. **Revista Educação Especial em Debate**, Vitória Es, p.52-69, 2016. Semestral. Disponível em:

<<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/REED/article/view/14597/10245>>.
Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 05 de fev. de 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 06 de mar. de 2018.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

_____. Decreto 3.076, de 1º de junho de 1999. Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1º de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3076.htm>. Acesso em: 08 de jan. de 2018.

_____. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Planalto**, Brasília, 08 de out. de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

_____. Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 05 de mar. de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

_____. Lei 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. **Planalto**, Brasília, 14 de jul. de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005. 213 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 173 p.

GONÇALVES, Agda Felipe Silva. Questões atuais no processo de inclusão escolar: dimensões sociais, econômicas e políticas. In: JESUS, Denise Meyrelles de; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de (Org.). **Políticas, práticas e formação: dispositivos para escolarização de alunos (as) com deficiência.** Vitória, ES: EDUFES, 2010. 277 p.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 19ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 128 p.

SOUZA, Joslei Viana de; COSTA, Maria Piedade Resende. Estratégias de ensino para inclusão: o ensino colaborativo. In: CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli (Org.). **Práticas pedagógicas e pesquisa em educação física escolar inclusiva.** Vitória, ES: EDUFES, 2012. 189 p.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=794>. Acesso em 04 de abril 2018.